



1 **Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social-SEDS/PR**  
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos –**  
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio**  
4 **das Araucárias**  
5 **CEP 80530-915**  
6 **Curitiba - Paraná**



7  
8 **Assembleia Ordinária do**  
9 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 08/04/2016**

10

11 Aos oito dias do mês de abril do ano de 2016, às 8 horas 30 minutos em  
12 primeira convocação, na Sala de Reuniões do 7º andar da **Secretaria de**  
13 **Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS**, sita no Palácio das  
14 Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº -Bairro Centro Cívico,em  
15 Curitiba – PR, foi dado início a **Assembleia Ordinária do Conselho Estadual**  
16 **de Assistência Social – CEAS/ PR**, para a qual os Conselheiros foram  
17 previamente convocados. No seu papel, o **Presidente Conselheiro Rubens**  
18 **Marcon (Recanto Espírita Somos Todos Irmãos- Regional de Maringá)**  
19 saudou a todos e mediante a auto-apresentação foram contabilizados **17**  
20 **Conselheiros**, a saber: Carlos da Silva (Usuário), Rubens Marcon (Recanto  
21 Espírita Somos Todos Irmãos – Regional de Maringá), Artur dos Santos  
22 Andrade ( Núcleo de Ação Solidária a AIDS – NASA), Paulo Silvério Peneira  
23 (APAE de Iporã), Maria de Lourdes San Roman ( Superintendência de  
24 Assistência Social/ SEDS), Teresinha Maria de Wolf (Sindicato dos Assistentes  
25 Sociais do Paraná), Vanderlei Augusto da Silva (Pastoral da Criança Cascavel),  
26 Rubens Santarem Junior (Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento  
27 Social- SEDS), Inês Roseli Tonello ( APAE de Francisco Beltrão), Odelita Herbst  
28 Milanese (SEDS), Mileny Valéria de Lima (CRESS – 11º Região) Evandra Correa  
29 de Oliveira (CRESS – 11º Região) Campo Mourão, Denis Cezar Musial (CRESS  
30 – 11º Região ), Zilma Moraes Oliveira (Usuária), Rosilene Lavezzo Mello  
31 ( CRESS – 11º Região), Regional de Guarapuava- Luiz Nabor Lenz (Usuário).  
32 Mostrando entusiasmo, o **Presidente Rubens Marcon** destacou que pela  
33 primeira vez, esse Colegiado havia alcançado o quórum formal, já na 1º  
34 convocação. Dessa forma, seria possível iniciar os trabalhos nesse primeiro  
35 horário, vencendo a pauta com antecipação. • **Apreciação da pauta com**  
36 **inserções- Conselheira Rosilene** – "Encontro dos Profissionais do CREAS –  
37 Municípios de Pequeno Porte" – **Aprovada.** • **Apreciação da Ata-** Um termo  
38 foi substituído, a pedido da Conselheira Odelita e a ata foi considerada  
39 **aprovada.** • **Registrada a chegada das Conselheiras Elenice Malzoni,**  
40 **Dulce Darolt, Tatiana Possa Schafachek** e a **Suplente Anne Voss.** Dando  
41 sequência, o **Presidente Rubens Marcon**, informou que o item 4 que traria a  
42 apresentação da **Dra. Roseane Ferrante Neumann** abordando Políticas  
43 sobre drogas, será transferido, tendo em vista a impossibilidade da presença  
44 dessa convidada. Logo após sugeriu que se trocasse o item 4 pelo 10,  
45 solicitando aos Conselheiros responsáveis pelas eleições, para que  
46 apresentassem sugestões adequadas e produtivas. Na sua responsabilidade, a  
47 Secretária Executiva do CEAS/PR, **Juliana Müller** avaliou que as últimas duas  
48 semanas foram bem tumultuadas, tendo em vista as eleições. Atuando junto à  
49 Comissão Eleitoral, elaborou-se um material didático a ser encaminhado aos  
50 Escritórios Regionais. Muitos questionamentos surgiram, a maioria deles

51 referentes às inscrições que por sinal são encerradas nesta data. Foi dito que a  
52 Comissão Eleitoral reuniu-se com o Núcleo Jurídico da SEDS, visando dirimir  
53 algumas dúvidas. Chegou-se à conclusão que o Regulamento deverá ser  
54 cumprido. Pedindo a palavra, a **Superintendente da Assistência Social,**  
55 **Maria de Lourdes San Roman** informou os questionamentos apresentados  
56 pelo Conselho Regional de Psicologia, no que se refere à composição do  
57 CEAS/PR, que possui algumas representações do CRESS. Sendo assim, após as  
58 Comissões Regionais apresentarem a composição, o Colegiado deverá tomar  
59 uma atitude pois no momento nada poderá ser alterado. Cada Conselho  
60 Regional poderá se fazer representar com um CNPJ, sendo esclarecido que o  
61 único segmento a apresentar CNPJ diferente por região, é a **OAB**. Por  
62 enquanto, verificar se as inscrições conferem com o estipulado no  
63 Regulamento. Manifestou-se a **Coordenadora Elenice Malzoni (PSE/ SEDS)**  
64 lembrando que na época do processo eleitoral, os Assistentes Sociais se  
65 inscreveram, porém isso não aconteceu com o CRP. Sabe-se que para o  
66 interior, as dificuldades aumentam. Na sequência, é positivo verificar como  
67 será possível estabelecer essa proporcionalidade entre os trabalhadores do  
68 SUAS. Sugeriu a **Superintendente Maria de Lourdes (SEDS)**, que se  
69 remeta um ofício procedente deste Colegiado e dirigido para essas três  
70 categorias (CRP- CRESS e OAB), alertando sobre essa questão, revendo a  
71 proporcionalidade na região. Visando contribuir, o **Conselheiro Artur** (NASA-  
72 Foz) pontuou que foi constituída a Comissão Eleitoral e o Regulamento aí está  
73 para ser seguido. As inscrições findarão nesta data e em seguida serão  
74 iniciadas as análises nas Regionais. Após, haverá tempo hábil para os recursos,  
75 antes das eleições. Segundo a **Conselheira Roseli Tonello** (APAE de  
76 Francisco Beltrão), vale pensar que não se pode mudar o jogo e os Fóruns  
77 Regionais precisam funcionar. Quando essa Resolução foi construída, esses  
78 detalhes mereciam ter sido vistos. Na sequência, a **Superintendente Maria**  
79 **de Lourdes** repassou ao plenário, o recebimento de um e-mail do CNAS,  
80 parabenizando pela representação do Paraná. Com os segmentos organizados,  
81 é um alerta indicando que os usuários podem ser ouvidos. O Paraná é uma  
82 exceção em número de profissionais estatutários. Atentos, os Conselheiros do  
83 CEAS/PR tiveram a oportunidade de ouvir o relatório lido pelo **Conselheiro**  
84 **Artur**, quando da sua participação na sub-comissão do CNAS. Tema: "**Eleição**  
85 **da Sociedade Civil no CNAS**". Ao final, foi merecedor de aplausos. •  
86 **Registrada a chegada do Conselheiro Ricardo Vilarinho da Costa**  
87 **(UNILEHU) Kate Fabiane da Cruz (Ministério Público)**. Foi esclarecido  
88 pelo **Presidente Rubens Marcon** que esse processo no CNAS se dá quando o  
89 Conselho se encontra em recesso (janeiro). Dessa forma recebeu um contato  
90 pelo celular e a SEDS disponibilizou 3 Conselheiros para comparecerem em  
91 Brasília. Foi a vez da **Conselheira Inês Roseli** que parabenizou o Conselheiro  
92 Artur por ter representado o Estado em Brasília, com toda a competência.  
93 Lembrou que o CNAS convidou um usuário e dois trabalhadores do setor,  
94 esquecendo das entidades sócio assistenciais, que muito contribuem para essa  
95 Política no país. Registrou, pois, a sua indignação! • **Registrada a chegada**  
96 **da Dra. Daniele M. Vieira (Núcleo Jurídico/ SEDS) e Viviane Aparecida**  
97 **Ribeiro Santos (da SETI)**. Em dado momento, o **Conselheiro José Araújo**

98 **da Silva**, informou que a Pastoral da Pessoa Idosa também se inscreveu e não  
99 foi habilitada, com a alegação de que não é uma entidade de usuários, porém  
100 na LOA é. Trata-se de um desacerto antigo esse não reconhecimento, já que é  
101 obrigatória a presença de 50% de usuários na entidade. Afirmou também  
102 admirar o **Conselheiro Artur**, pelo brilhante trabalho que vem executando. O  
103 **Conselheiro Araújo** lembrou já ter tido o privilégio de participar de 2  
104 eleições no Conselho Nacional de A. Social e na verdade as regras precisam ser  
105 seguidas. Segundo o **Presidente Rubens Marcon**, são 27 entidades que  
106 participam dessas eleições e para convidar seriam muitas pessoas, assim não  
107 foi na verdade uma forma de exclusão. • **Registrada a chegada das**  
108 **Conselheiras Marcela Evangelista (SEDS), Tatiana Possa (SEDS)-**  
109 **Gestão do SUAS.** • **Informes da Secretaria Executiva- Juliana Müller.** •  
110 Em 24/03/2016, recebido o ofício 001/2016- processo nº 14.012.276-9,  
111 procedente do Conselho Municipal de Santa Fé, solicitando esclarecimentos  
112 sobre o repasse de recursos. • Em 31/03/2016- processo nº 14.020.948-1-  
113 Secretaria Executiva, procedente do CMAS de Prudentópolis, solicitando  
114 orientações sobre indeferimento da ACTA. • Em 31/03/2016- processo  
115 13.998.251-7, procedente do Gabinete do Procurador Geral, referente à  
116 indicação do Estado, para a composição do Conselho/ CEAS. • Em 06/04/2016,  
117 processo nº 14.028.582-0, Secretaria Executiva, procedente do Instituto  
118 Jeferson Bizotto. • Em 05/04/2016, recebido o ofício 14/2016, procedente da  
119 CPSE, trazendo convite para o encontro para profissionais do CREAS/ PAEFI,  
120 para municípios de pequeno porte I. **Registradas as presenças das**  
121 **técnicas Kate (Ministério Público), Malvina (SEDS) e Karen (do**  
122 **Município de Irati.** Presentes ainda os técnicos **Rhomullo Furmann e**  
123 **Eliane (área financeira da SEDS).** • **Justificativas de ausências-**  
124 **Conselheira Iva Sandra F. De Moraes (SEAB), ausente em viagem a trabalho,**  
125 **Conselheira Cíntia Beal (SEPL), Conselheira Delvana Lúcia de Oliveira (SEED),**  
126 **ausente devido às ações prioritárias da Secretaria, na organização do seu**  
127 **planejamento.** • **Balancete FEAS – Comissão de Financiamento e**  
128 **gerenciamento do Fundo. Meses de Janeiro e Fevereiro/2016- Relatora**  
129 **Conselheira Marcela. 1.1 Balancete FEAS.** A técnica Marcela Evangelista  
130 apresentou o Balancete dos meses de Janeiro e Fevereiro/2016. **Parecer da**  
131 **Comissão: CIENTE. Parecer CEAS: Ciente. 1.2 Centro Dia de Curitiba**  
132 O técnico Rhômullo Furmann apresentou a prestação de contas do Centro Dia  
133 de Curitiba, referente ao período de Janeiro à Junho/2015. A prestação de  
134 contas apresenta um saldo em conta corrente de R\$ 652.716,87, em  
135 30/06/2015, que não foram executados por dificuldades nas parcerias, sendo  
136 que o município indica a possibilidade de utilizar os recursos com ampliação do  
137 espaço do Centro Dia para Pessoas com Deficiência – Boqueirão. **Parecer da**  
138 **Comissão:** Enviar ofícios ao município de Curitiba FAS e ao CMAS, com as  
139 seguintes informações: 1 - A impossibilidade de utilização do saldo do recurso  
140 em obras, e sim somente em pequenas reformas, como previsto na Resolução  
141 nº 190/2013/SEDS, art. 4º, inciso III; 2 - Apresentação da prestação de  
142 contas do 2º semestre de 2015 até 30/04/2016, aprovada pelo CMAS; 3 - No  
143 caso da prestação de contas do 2º semestre de 2015 apresentar um saldo  
144 superior a 12 meses de repasse, haverá suspensão dos mesmos a partir do

145 mês de Maio/2016, com apresentação de prestações de contas trimestrais,  
146 aprovadas pelo CMAS, para acompanhamento da execução. Os repasses serão  
147 retomados somente a partir do mês subsequente a apresentação de prestação  
148 de contas com saldo inferior a 12 meses de repasse. Serão desconsiderados  
149 os repasses dos meses suspensos. **Parecer CEAS: Aprovado. 1.3 Residência**  
150 **Inclusiva de Curitiba.** O técnico Rhômulo Furmann apresentou a prestação  
151 de contas da Residência Inclusiva de Curitiba, referente ao período de Janeiro  
152 à Junho/2015. A prestação de contas apresenta um saldo em conta corrente  
153 de R\$ 194.921,53, em 30/06/2015, que não foram executados por dificuldades  
154 nas parcerias. **Parecer da Comissão:** Enviar ofícios ao município de Curitiba  
155 FAS e ao CMAS, com as seguintes informações: 1 - A impossibilidade de  
156 utilização do saldo do recurso em obras, e sim somente em pequenas  
157 reformas, como previsto na Resolução nº 190/2013/SEDS, art. 4º, inciso III; 2  
158 – Apresentação da prestação de contas do 2º semestre de 2015 até  
159 30/04/2016, aprovada pelo CMAS; 3 – No caso da prestação de contas do 2º  
160 semestre de 2015 apresentar um saldo superior a 12 meses de repasse,  
161 haverá suspensão dos mesmos a partir do mês de Maio/2016, com  
162 apresentação de prestações de contas trimestrais, aprovadas pelo CMAS, para  
163 acompanhamento da execução. Os repasses serão retomados somente a partir  
164 do mês subsequente a apresentação de prestação de contas com saldo  
165 inferior a 12 meses de repasse. Serão desconsiderados os repasses dos meses  
166 suspensos. **Parecer CEAS: Aprovado. 1.4 Prestações de Contas FEAS**  
167 **Emergencial 2014.** O técnico Rhômulo Furmann apresentou a planilha de  
168 prestação de contas dos recursos de Emergência de 2014, onde as situações  
169 dos municípios encontram-se como regular ou regular com ressalvas. **Parecer**  
170 **da Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.5 FONSEAS.** A técnica  
171 Marcela Evangelista apresentou solicitação de pagamento da anuidade do  
172 FONSEAS – Fórum Nacional de Secretarias de Assistência Social, com recursos  
173 da Fonte 102 ou 257, no valor de R\$ 10.000,90. **Parecer da Comissão:**  
174 **Aprovado. Parecer CEAS:** Aprovado. **1.6 Reprogramação 2015 – Fonte**  
175 **257 e 281.** A técnica Marcela Evangelista apresentou planilha com proposta  
176 de reprogramação do superávit de 2015, das fontes 257 e 281. **Parecer da**  
177 **Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.7 Repasse Fundo a**  
178 **Fundo PAEFI – FMAS Campo Magro: Prestação de Contas Parcial.** A  
179 técnica Marcela Evangelista apresentou a prestação de contas do Município de  
180 Campo Magro referente a execução do recurso do PAEFI – Del. 35/2012, no  
181 valor de R\$ 78.000,00, que deveria ser executado com 50% em custeio e 50%  
182 em investimento, mas foi executado R\$ 68.500,00 na aquisição de um veículo  
183 o que representa 88% do recurso. A Gestão de Fundos da SEDS glosou a  
184 diferença e solicitou a devolução de R\$ 29.500,00. O municípios solicita ao  
185 CEAS a reconsideração da glosa e aprovação da prestação de contas, sem a  
186 devolução dos recursos. **Parecer da Comissão:** Aprovado, tendo em vista que  
187 o CEAS tem autonomia para excepcionalizar os critérios da Del. Nº 035/2012,  
188 e diante dos pareceres favoráveis do ER de Curitiba e da Coordenação de  
189 Proteção Social Especial – CPSE da SEDS. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.8**  
190 **Emendas Parlamentares.** A técnica Marcela Evangelista apresentou planilha  
191 com 113 municípios e 10 entidades contempladas com Emendas

192 Parlamentares, no valor total de R\$ 4.752.000,00, para aquisição de veículos,  
193 que serão repassados através de transferência voluntária, com contrapartida  
194 financeira de no mínimo 5% para os municípios e de no mínimo 1% para as  
195 entidades sociais. **Parecer da Comissão:** Aprovado . As entidades deverão  
196 observar a regularidade da Certificação no CMAS. **Parecer CEAS:** Aprovado  
197 com relação as entidades conforme o parecer da comissão. Aprovada as  
198 Emendas Parlamentares dos municípios, aquelas que direcionem mais de um  
199 veículo para o mesmo Município, os mesmos deverão seguir os trâmites legais  
200 e na apresentação dos seus projetos, apresentar condições propícias quanto a  
201 real necessidade do recebimento dos veículos indicados. **1.9 Discussão para**  
202 **sugestão de pauta, para a Reunião Ampliada e Descentralizada/CEAS-**  
203 **PR.** O Conselheiro da Sociedade Civil Rubens Marcon, solicita a participação  
204 do Financeiro na reunião ampliada e descentralizada do CEAS a ser realizada  
205 em Maringá-Pr., nos dias 02 e 03 de junho de 2016. **Parecer da Comissão:**  
206 Ciente. **Parecer CEAS:** Ciente. **1.10 Alteração da Deliberação nº**  
207 **060/2015 – Incentivo Família Paranaense para ampliação, reforma e**  
208 **melhorias dos CRAS.** O técnico da CPSB Ricardo solicita a alteração do  
209 inciso III do artigo 2º para que seja utilizado o CENSO Suas 2015, como  
210 referência. **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado.  
211 **1.11 Alteração da Deliberação nº 011/2016 – Equipes Volantes.** O  
212 técnico da CPSB Ricardo solicita a alteração do inciso II do artigo 2º para que  
213 seja utilizado o CENSO Suas 2015, como referência. **Parecer da Comissão:**  
214 Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.12 Benefícios Eventuais.** Os  
215 Conselheiros da Sociedade Civil solicitam um estudo sobre a possibilidade de  
216 repasse fundo a fundo para benefícios eventuais aos 399 municípios. **Parecer**  
217 **da Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.13 Prorrogação do**  
218 **prazo para aprovação do Plano de Ação 2016 – PPAS no SIFF.** A Gestão  
219 de Fundos solicita a prorrogação de prazo até 30/04/16 para validação do  
220 plano de ação de 2016 do PPAS (1,2,3 e 5) no SIFF. Os municípios que não  
221 aprovarem até 30/04/16 terão os repasses suspensos até que aprovem o  
222 instrumento. Os repasses serão retomadas no mês subsequente à aprovação  
223 do Plano de Ação 2016 no SIFF, e não serão retroativos aos meses suspensos.  
224 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. **1.14**  
225 **Residências Inclusivas Estaduais.** A Coordenadora da CPSE Elenice,  
226 informou que o contrato com a Associação Arautos do Bem, que atendia 11  
227 pessoas, está sendo encerrado tendo em vista a desativação do serviço,  
228 conforme decisão judicial deferida pelo Ministério Público Local. As pessoas que  
229 estão acolhidas na entidade, devem ser transferidas para novo acolhimento até  
230 19/04/16, e a SEDS está negociando com novos parceiros (municípios e  
231 entidades) o novo processo de acolhimento. Sendo assim, solicita a aprovação  
232 de recursos para repasse aos municípios e/ou a rede socioassistencial, através  
233 de modalidade adequada a condição da parceria (contrato, transferência  
234 voluntária ou fundo a fundo) que acolherão as 11 pessoas, no valor de R\$  
235 2.500,00 por pessoa, totalizando R\$ 27.500,00, da Fonte 102 ou 257. A  
236 Comissão sugere a contrapartida de no mínimo 1%, caso seja necessário.  
237 **Parecer da Comissão:** Aprovado. **Parecer CEAS:** Aprovado. • **Registrada a**  
238 **chegada a representante do Ministério Público, Promotora Dra.**

239 **Mariana Bazzo.** Na sequência, a **Superintendente Maria de Lourdes**  
240 **(SEDS)** propôs que a Coordenadoria de Proteção Social Básica venha a  
241 participar da reunião da Comissão, passando a informar a regularização desses  
242 processos, referentes as emendas parlamentares. Nesse momento, o  
243 **Conselheiro Vanderlei** (Reg.de Cascavel) registrou ser contrário a emendas  
244 parlamentares na Assistência Social, porém existe um entendimento desses  
245 parlamentares com o Governo. Procurou esclarecer a **Conselheira Marcela**,  
246 apontando que ao se firmar um convênio para veículos, já existe uma cláusula  
247 sobre fazer constar os dizeres (plotagem). Com relação à tipificação deverá  
248 sair uma orientação da PSB para os CRES (alguns municípios receberam três  
249 carros). Foi dito pelo **Conselheiro Araújo, (Pastoral da Pessoa Idosa)** ser  
250 necessário trabalhar essa questão pois não vê sentido a emenda parlamentar  
251 vir para o Fundo, devendo sim ir para o município, através dos Fundos  
252 Municipais. Já a responsabilidade da aplicação, ficaria a cargo dos CMAS. A  
253 **Coordenadora Elenice Malzoni** relatou que as emendas são específicas a  
254 PSB/ CRAS, porém esse Conselho poderia solicitar a utilização também para a  
255 P.S.Especial (carros para acolhimento Ciente do seu papel, a **Conselheira**  
256 **Marcela** ( Setor Financeiro/ SEDS) explicitou ser impossível fazer qualquer  
257 alteração na Lei Orçamentária; além disso, o que os Deputados designam terá  
258 de ser aprovado. As emendas parlamentares só podem ser concretizadas,  
259 através de transferência voluntária. A Conselheira apresentou a lista, cujo  
260 prazo se encerra em 30/06/2016, sendo necessário aprovar o início do  
261 processo de formalização lembrando que não há remanejamento, sem  
262 alteração orçamentária. Foi sugerido pelo **Conselheiro José Araújo da Silva**,  
263 da possibilidade de ser feito um encaminhamento no próximo exercício,  
264 solicitando que as emendas possam ser transferidas diretamente para os  
265 Fundos Municipais. Já a **Conselheira Inês Roseli (APAE de F. Beltrão)**  
266 desejou expressar a sua preocupação, pela experiência que se tem com  
267 emendas parlamentares. É necessário a PSE amarrar uma forma de  
268 fiscalização, verificando se os veículos serão mesmo utilizados para os serviços  
269 de CRAS. Repassando o seu conhecimento, a **Conselheira Marcela** esclareceu  
270 que a emenda parlamentar também entra no orçamento público e os cuidados  
271 deverão ser os mesmos que se tem com os convênios . O **Presidente Rubens**  
272 **Marcon** demonstrou que existe uma apreensão apenas em dois sentidos – 9  
273 municípios foram contemplados com mais de um veículo, serão realmente  
274 merecedores e essa necessidade seria real? Propôs uma maior atenção desse  
275 Conselho, pois hoje a análise pode revelar um **sim** quando lá na frente poderá  
276 ser um **não!** Lembrou **Marcela Evangelista:** - já que será elaborada uma  
277 circular, reforçar as recomendações gerais para os recursos públicos: - os  
278 convênios são coisas sérias e se as regras não forem cumpridas, o gestor  
279 ficará **inelegível.** • **Comissão de Documentação e Rede Sócio-**  
280 **Assistencial Relatora: Conselheira Lorena Gonçalves (Cohapar)2.**  
281 **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial: (Lindalane –**  
282 **Cohapar, Maria de Lourdes – SEDS , Daniela – PGE, Inês Roseli,**  
283 **Vanderlei, Ricardo).** 2.1 – Protocolo nº 14.020.948.-1 – CMAS de  
284 **Prudentópolis solicita orientações sobre inscrição da entidade ACTA –**  
285 **Associação e Comunidade de Tratamento do Alcoolismo e Dependentes**

286 **Químicos; A Conselheira** Inês Roseli Soares Tonello, fez a apresentação do  
287 protocolado onde o CMAS de Prudentópolis, solicita orientações técnicas  
288 quanto a inscrição da entidade Associação e Comunidade de Tratamento do  
289 Alcoolismo e Dependentes Químicos – ACTA. O CMAS encaminhou alguns  
290 documentos como, cronograma de atividades diária, estatuto da entidade, que  
291 se caracteriza como entidade da área de saúde. Porém no programa  
292 terapêutico anexado a este protocolado, a entidade apresenta entre outras  
293 atividade, a de defesa e garantias de direito, explícito no objetivo principal.  
294 **Parecer da Comissão:** Ciente. Comissão sugere que o CMAS elabore um  
295 Plano de Adequação, objetivando a defesa de garantias de direito com foco no  
296 fortalecimento do vínculo familiar. Sugere ainda, que a entidade solicite este  
297 registro após adequação respeitando o plano proposto pelo CMAS. **Parecer da**  
298 **CEAS:** Aprovado. **2.2 – Protocolo nº 14.012.340-4 – Apresentação do**  
299 **Projeto da Entidade – Associação dos Moradores Beatriz Guimarães –**  
300 **município de Cianorte/PR.** O Processo em referência foi apresentado pela  
301 técnica Anne da SAS/SEDS, onde a entidade solicita assessoramento para  
302 adequação técnica com objetivo de registro no CMAS de Cianorte/PR. **Parecer**  
303 **da Comissão:** Ciente. Orienta que a entidade entre em contato com o órgão  
304 gestor da Assistência social do município de Cianorte, para que este oriente  
305 sobre os serviços socioassistencial, bem como os trâmites que a entidade deve  
306 solicitar registro no CMAS de Cianorte. A Comissão recomenda que a  
307 Informação Técnica nº 7/2016 SAS/SEDS seja anexada ao Ofício de resposta  
308 deste CEAS à entidade. **Parecer da CEAS:** Aprovado. **2.3 – Discussão p/**  
309 **sugestão de pauta, para a Reunião Ampliada e Descentralizada/ CEAS**  
310 **– PR.** A Conselheira Ines Roseli, apresentou assuntos ligados a Reunião  
311 Ampliada. **Parecer da Comissão:** Sugere temas para serem abordados em  
312 mesa que reúna três eixos principais com desdobramentos a saber: Controle  
313 Social, Fortalecimento do CMAS; Inscrição das Entidades; Atualização da Lei de  
314 Criação do CMAS. Aprimoramento da Gestão; Vigilância Socioassistencial;  
315 Gestão do Trabalho; (capacitações). Cofinanciamento; Regionalização.  
316 Proteção Social (Referência Contra referência). **Parecer da CEAS:**Ciente.  
317 **Inclusão de Pauta: 2.4 – Protocolo nº 14.028.582-0 – Orientações**  
318 **Técnicas ao Conselho Municipal de Assistência Social de Francisco Beltrão a**  
319 **respeito da inscrição da Entidade Instituto Jeferson Bizotto.** O Técnico  
320 Godofredo apresentou o protocolado, onde o CMAS, na pessoa da Sra Ivete  
321 Gaviolli, solicita orientações sobre a inscrição do Instituto Jeferson Biazotto.  
322 **Parecer da Comissão:** Os Conselheiros Ricardo, Lorena e Vanderlei, Ciente. A  
323 Comissão observa que de acordo com a "**RESOLUÇÃO Nº 14, DE 15 DE MAIO**  
324 **DE 2014, no Art. 10, as entidades ou organizações sem fins lucrativos que não**  
325 **tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que**  
326 **também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas,**  
327 **projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os**  
328 **critérios do art. 5º e do art. 6º desta Resolução, mediante apresentação de: I**  
329 **– requerimento, na forma do modelo anexo III; II – cópia do Estatuto**  
330 **Social (atos constitutivos) registrado em cartório; III – cópia da ata de**  
331 **eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório; IV – plano de**  
332 **ação”.** Caso a entidade, tenha encaminhado a solicitação ao CMAS e não

333 atende ao disposto no artigo citado anteriormente, cabe ao CMAS aprovar em  
334 plenário um Plano de Adequação, atendendo legislação vigente como  
335 Tipificação e Nob RH. **Parecer da CEAS: Aprovado • Comissão de Políticas**  
336 **Sociais- Relatora: Conselheira Mileny V. De Lima (CRESS). 3.1 Pauta**  
337 **Permanente: Panorama de Pagamento do renda Família Paranaense**  
338 **Relato:** A técnica Micheli da UTPFP apresentou dos dados referente o mês de  
339 março de 2016 foram creditados R\$ 2.681.532,00 para o pagamento do Renda  
340 Família Paranaense a 93.125 famílias. Abaixo o quadro demonstrativo dos  
341 valores pagos no mês de março 2016: A média geral de recursos não sacados  
342 é de 11%, sendo que estão disponíveis no site a relação de famílias sem  
343 saque, atualizada mensalmente para que o município acesse e faça a busca  
344 ativa a estas famílias. A UTPFP esta, em parceria com a Caixa, traçando  
345 estratégias para ações focadas com estas famílias no objetivo de garantir o  
346 recebimento do benefício pelas mesmas. **Parecer da Comissão: Ciente.**  
347 **Parecer do CEAS: Ciente. 3.2 Pauta Permanente: Panorama de**  
348 **Pagamento do Incentivo Família Paranaense. INCENTIVO**  
349 **DELIBERAÇÃO 42/13. Relato:** A técnica Paula, da UTPFP, informa que,  
350 referente à primeira parcela do Incentivo Família Paranaense, 98 municípios já  
351 receberam a parcela e 02 municípios estão em análise no financeiro para  
352 pagamento. Referente à segunda parcela do Incentivo, 60 municípios foram  
353 pagos, 31 municípios estão com pendências nos documentos enviados, 07  
354 estão em análise da prestação de contas no setor financeiro e 02 municípios  
355 ainda não atingiu prazo de 06 meses de execução do recurso para prestação  
356 de contas. Quanto a Prestação de Contas Parcial, 20 ainda não enviaram  
357 prestação de contas, 50 estão sendo analisadas na UTPFP, 14 estão em análise  
358 no setor financeiro e 16 estão na Unidade Técnica do Família Paranaense para  
359 devolutiva aos municípios, pois já foram analisadas pelo setor financeiro.  
360 **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. INCENTIVO II -**  
361 **DELIBERAÇÃO 28/15. Relato: Em relação a prestação de contas**  
362 **parcial, 11 processos estão em análise no setor financeiro, 42 estão**  
363 **em análise na Unidade Técnica do Família Paranaense e 02 municípios**  
364 **ainda não enviaram a prestação de contas. Parecer da Comissão:**  
365 **Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 3.3 Pauta Permanente: Programa Luz**  
366 **Fraterna. Relato:** A técnica Micheli apresentou os dados referente o Programa  
367 Luz Fraterna beneficiou em Janeiro de 2016 131.392 famílias com um  
368 montante de recursos investidos de R\$ 3.488.672,36. Em fevereiro foram  
369 145.967 famílias com um montante de recursos investidos de R\$  
370 3.779.950,27. Os valores de fevereiro 2016 não contém os beneficiários dos  
371 municípios de Jacarezinho, Barra do Jacaré e Ribeirão Claro, pois a Companhia  
372 Santa Cruz que atende estes municípios não passou os dados até o presente  
373 momento. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 3.4**  
374 **Pauta Permanente: Programa Bolsa Família e CadÚnico. Relato:** A  
375 gerente estadual do CadÚnico e PBF Odelita, informou o recebimento da  
376 relação dos municípios elencados pela SENARC/MDS para ações prioritárias do  
377 CadÚnico e PBF 2016. Neste foi apresentado os critérios de seleção, os quais  
378 consideraram: média da taxa de acompanhamento da frequência escolar  
379 (TAFE), média da taxa de acompanhamento da agenda da saúde (TAAS),



380 média da taxa de atualização cadastral (TAC) e o percentual de execução dos  
381 recursos do IGD-M (PBF). Ao total em 2016 foram 26 municípios no Paraná,  
382 sendo que nacionalmente foram identificados 303. Em tempo, a Gerente ainda  
383 informou que durante os dias 25 a 27 de abril, acontecerá em Brasília uma  
384 reunião Nacional que discutirá dentre outras pautas, as ações a serem  
385 desenvolvidas nos Estados e Municípios com relação aos prioritários elencados  
386 para este ano. Além deste, a mesma informou que a SENARC enviou para as  
387 Coordenações Estaduais do CadÚnico e PBF, texto base para as discussões da  
388 construção do Plano Decenal da Assistência Social, o qual está sendo analisado  
389 pela Coordenação Estadual Intersetorial do CadÚnico e PBF (composto pela  
390 Assistência Social, Educação, Saúde e Planejamento). Após considerações das  
391 áreas intervenientes, a gerente Estadual participará do Encontro Regional Sul  
392 do CONGEMAS para contribuir nas discussões. **Parecer da Comissão:** Ciente,  
393 sugere que ER's encaminhe aos municípios as Questões norteadoras sobre a  
394 gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para estimular o debate  
395 na construção das metas do Plano Decenal da Assistência Social para  
396 conhecimento e contribuições das equipes. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.5**  
397 **Avaliação do Plano Estadual de Assistência Social 2012 à 2015. Relato:**  
398 A técnica Jossiani da CGS informou que foi enviado via e-mail para os  
399 conselheiros a versão preliminar da avaliação do Plano Estadual de Assistência  
400 Social e solicita que a apresentação final da avaliação possa ser realizada em  
401 plenária na reunião do mês de Maio. **Parecer da Comissão:** Ciente e acata  
402 solicitação, e indica que seja enviada a apresentação com antecedência para os  
403 conselheiros. **Parecer do CEAS:** Aprovado. **3.6 Protocolado 13.848.926-4**  
404 **Benefício Tarifa Social da Água. Relato:** A técnica Odelita realizou resgate  
405 do Protocolado em questão, referente a comprovação de renda das famílias  
406 para inclusão ou renovação cadastral da Tarifa Social de Água junto a Sanepar.  
407 A mesma informou que foram realizados contatos telefônicos e via e-mail  
408 entre CPSB, UTPFP, Superintendência de Assistência Social – SAS e  
409 representantes da Sanepar para discussão e encaminhamentos do referido  
410 protocolado, contudo aguardam nova possibilidade de agenda para realização  
411 de reunião. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEAS:** Ciente. **3.7**  
412 **Discussão para sugestão de pauta para Reunião Ampliada e**  
413 **Descentralizada/CEAS. Relato:** - Importância do trabalho integrado do  
414 Programa Família Paranaense; - Desafios: Regionalização dos Serviços da  
415 Proteção Social Especial, Elaboração do Plano Decenal de Assistência Social;  
416 Elaboração do Pacto de Aprimoramento; Bloco de Financiamento;  
417 Intersetorialidade. **Parecer da Comissão:** Ciência. **Parecer do CEAS:**  
418 Ciente. **3.8 Residência Inclusiva Estadual. Relato:** A coordenadora da  
419 CPSE fez um resgate referente o processo da Residência Inclusiva Estadual  
420 hoje executada pela entidade AFABI, no município de Mallet. O Ministério  
421 Público ajuizou uma Ação Civil Pública solicitando a transferência acatada pelo  
422 Poder Judiciário, das 11 mulheres, que deverá ser efetivada até 19/04/2016.  
423 Os motivos que moveram esse procedimento foram as dificuldades de gestão  
424 da entidade na oferta do Serviço, tanto nos registros trabalhistas dos  
425 funcionários quanto a alimentação com data de validade expirada, entre  
426 outras. Apesar de todo acompanhamento e monitoramento constante e

427 intensivo pelo Estado, orientando, capacitando, discutindo, mobilizando a rede,  
428 fornecendo modelos de procedimentos de trabalho, entre outros. Assim, a  
429 CPSE e o ER de Irati mobilizou a região na busca de alternativas, preservando  
430 os vínculos já estabelecidos, principalmente com a rede de saúde. Houve  
431 sinalização positiva pela Prefeitura de Irati para a execução e continuidade do  
432 Serviço na mesma modalidade (Residência Inclusiva), a qual está sendo  
433 avaliada pelo PGE, qual a forma de repasse desses recursos para a execução  
434 do serviço em razão das restrições impostas pela legislação eleitoral neste ano.  
435 **Parecer da Comissão:** Ciente. E solicita a plenária do Conselho, devido ao  
436 prazo exíguo estabelecido, que a SEDS possa desencadear todo o  
437 encaminhamento necessário para o atendimento das mulheres que atualmente  
438 se encontram nessas unidades, priorizando a manutenção delas na região ou  
439 ainda realizando a transferência para outros serviços de outros municípios  
440 (governamental ou não governamental) caso a parceria indicada acima não se  
441 efetive. E solicita-se que todo o processo seja informado ao Conselho por e-  
442 mail até a próxima reunião, e se necessário Deliberação que a mesma seja  
443 realizada por Ad Referendum. **Parecer do CEAS:** Aprovado. Pedindo a palavra,  
444 a **Conselheira e Técnica da SEDS, Alzenir de Fátima Santos** informou ao  
445 plenário, que encontra-se vigente o período para a adesão 3, do Programa  
446 Família Paranaense, com data- limite no dia 18, para 156 municípios). •  
447 **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização – Relator:**  
448 **Conselheiro Artur (Nasa- de Foz do Iguaçu) 4.1 Pauta Permanente:**  
449 **Educação Permanente do SUAS.** A técnica Jossiani informa sobre início do  
450 Programa CapacitaSUAS II pelas Universidades, porém para a finalização e  
451 prestação de contas do referido programa precisam ser prorrogados por mais  
452 doze meses os contratos: nº 34/2014 UNIOESTE, nº 35/2014 Unicentro,  
453 nº36/2014 UEPG, nº37/2014 UEM e nº38/2014 UEL, para que sejam  
454 realizados dentro da vigência dos contratos. **Parecer comissão:** ciente e  
455 aprova a prorrogação. **Parecer CEAS:** Aprovado. **4.2 Pauta Permanente:**  
456 **Vigilância Socioassistencial.** A técnica Jossiani informa a abertura (no dia  
457 05/04/2016)do Demonstrativo- instrumento de prestação de contas do Estado  
458 e Municípios. E que os gestores terão até o dia 30 de abril de 2016 e os  
459 conselhos até o dia 31 de maio de 2016, para preencherem o Demonstrativo  
460 Sintético de 2015. A técnica informa também a abertura (no dia 05/04/2016)  
461 do Plano de Ação, com data para preenchimento: Gestores 04 de junho de  
462 2016 e Parecer dos Conselhos 04 de julho de 2016. A CGS já iniciou a  
463 mobilização, bem como divulgação aos ERs para o preenchimento dos referidos  
464 instrumentos, porém solicitamos a sempre pronta colaboração dos  
465 Conselheiros para que todos os municípios preencham o Demonstrativo e Plano  
466 de Ação. **Parecer comissão:** ciente. **Parecer CEAS:** Ciente. **4.3 Censo/  
467 Unidade de Acolhimento.** A técnica Leslie Skroch informa sobre as Unidades  
468 de Acolhimento que não preencheram as informações no Censo e foram  
469 inativadas tendo seus cofinanciamentos cancelados pelo MDS, a técnica  
470 informa que a CPSE solicitou aos ERs que solicitassem aos municípios ofício  
471 referente a estas Unidades. Dos municípios citados temos São Sebastião da  
472 Amoreira, não tem o serviço (Unidades de Acolhimento). Paçandu não  
473 implantou o Serviço. Maringá não conseguiu a reestruturação dos serviços.

474 Piraquara tem o serviço implantado, porém esta com pendência na adequação  
475 e recursos humanos. Centenário do Sul, serviço não implantado ainda.  
476 Guarapuava desativou a Unidade de Acolhimento. Jataizinho falta atualização  
477 dos dados no sistema. Também falta resposta de alguns municípios que não  
478 enviaram ofício de justificativa ao MDS. **Parecer comissão:** ciente. **Parecer**  
479 **CEAS:** Ciente. **Inclusão e inversão de pauta. 4.4 Retorno da verificação**  
480 **da disponibilidade financeira da reunião Ampliada e Descentralizada**  
481 **do CEAS no município de Maringá da comissão de Financiamento e**  
482 **Gerenciamento do Fundo.** Após leitura da lâmina da comissão de  
483 Financiamento e Gerenciamento do Fundo, o qual foi aprovado pela comissão e  
484 pelo CEAS, a disponibilidade financeira para a reunião descentralizada do CEAS  
485 no município de Maringá, esta comissão toma ciência e dará continuidade as  
486 discussões para a referida reunião. **Parecer comissão:** ciente e solicita a  
487 plenária a aprovação do local e data. **Parecer CEAS:** Aprova e confirma que  
488 as datas para a reunião ampliada e descentralizada em Maringá serão nos dias  
489 02 e 03 de junho. **4.5 Discussão para sugestão de pauta/ para a Reunião**  
490 **Ampliada e Descentralizada/ CEAS-PR.** Sugestões: Relatório de Gestão  
491 CEAS biênio 2014-2016 - Vigilância socioassistencial no contexto do Plano  
492 Decenal. **Parecer comissão:** ciente e solicita as outras comissões as sugestões  
493 para deliberação do cronograma do evento na próxima. **Parecer CEAS:**  
494 Ciente. **4.6 Relatório de Participação do Conselho Artur**  
495 **Andrade/Participação na Subcomissão CNAS.** O conselheiro Artur traz o  
496 relatório (será lido em plenária) da participação no evento: Eleição da  
497 Sociedade Civil do CNAS -Subcomissão de recursos, o qual teve como  
498 discussão central: Recursos do Processo Eleitoral do CNAS Gestão 2016/2018.  
499 O CNAS postou no seu site, que o CEAS integra a comissão eleitoral pela  
500 primeira vez, cabendo ao CEAS do Paraná ser o pioneiro, tendo como  
501 representante o conselheiro Artur dos Santos Andrade. **Parecer comissão:**  
502 **Ciente. Parecer CEAS:** Ciente. **Inclusão. 4.7 Sistema RMA.** A conselheira  
503 Rosilene aponta falhas no sistema do Governo Federal - Registro Mensal de  
504 Atendimento - RMA, o qual apresenta incompatibilidade nas informações  
505 prestadas, sendo um sistema somente quantitativo. A CGS - SEDS irá retomar  
506 a solicitação ao Governo Federal referente a capacitação do RMA, pois o Estado  
507 do Paraná não recebeu capacitação sobre este sistema. **Parecer comissão:**  
508 ciente e solicita do CEAS encaminhamento ao CNAS que se posicione referente  
509 ao RMA. **Parecer CEAS:** Ciente e aguarda a capacitação da SEDS/MDS. **4.7**  
510 **Elaboração cartilha para conselheiro .** A conselheira Evandra traz uma  
511 solicitação discutida na reunião da sociedade civil da elaboração de uma  
512 cartilha para os conselheiros municipais. A comissão orienta que já existe  
513 cartilhas referente ao tema solicitado. **Parecer comissão:** ciente e solicitamos  
514 aos CEAS encaminhar link das cartilhas aos conselheiros - Cartilha da CGU  
515 sobre atuação dos conselhos municipais - <http://goo.gl/zo64ha>. **Parecer**  
516 **CEAS: Aprovado e que seja encaminhada cartilha do controle social do**  
517 **MDS. 4.8 Eventos com Recursos FEAS.** A comissão solicita ao Cogemas PR  
518 a inclusão da logo do CEAS no encontro Regional Congemas Sul, tendo em  
519 vista que o recurso destinado ao aluguel do espaço físico foi deliberado pelo  
520 CEAS com recursos do FEAS. **Parecer comissão:** aprovado. **Parecer CEAS:**

521 **Aprovado. • Intervalo para o almoço •** Retomada dos trabalhos às  
522 13h30min. • **Informes Gerais-** Coordenadora Elenice – "Encontro para  
523 profissionais dos CREAS- PAEFI" – dias 18 e 19- Municípios de Pequeno Porte I.  
524 Convidado o Presidente, o Conselho poderia se fazer representar por  
525 participante residente em Curitiba. - Quanto à possibilidade de incluir os  
526 Municípios de Porte II, constatou-se a impossibilidade dado ao espaço físico  
527 existente, incompatível com a quantia de 75 municípios. Assim, inicia-se com  
528 Porte I (302) e antes de julho acontecerá o Encontro com Porte II. Na sua vez,  
529 a **Conselheira Rosilene L. Mello (CRESS)** relatou tratar-se de uma demanda  
530 já trazida e muito necessária. Afirmou que levará essa informação sobre a  
531 capacitação, visando Serenar a ansiedade dos profissionais. Atento, o  
532 **Conselheiro Denis Musial** (Regional de Irati) comentou que na sua região  
533 foram articulados núcleos de estudo, com trabalhadores de CRAS e CREAS.  
534 Sugeriu estimular os Escritórios Regionais, para compartilhar tais experiências.  
535 Referindo-se às construções de CRAS, a **Conselheira Gladys Tortato (SEDS)**  
536 apontou a inauguração da Unidade de Barracão e Bom Jesus do Sul, em 29 de  
537 abril e nessa semana a assinatura de convênio do CRAS de Guaraniaçu. Na  
538 sequência, a **Secretária Executiva Juliana** informou ao plenário, sobre as  
539 respostas oriundas das Moções da Conferência. Um equívoco ocorreu pois  
540 foram encaminhadas para o Senado, e deveriam ser enviadas à Câmara  
541 Federal. Os conselheiros debateram entre si e desse conluio saíram duas  
542 propostas: 1º)- pelo arquivamento dos documentos:- **7 votos**, 2º)- corrigir os  
543 endereçamentos e encaminhar para a Câmara dos Deputados- **10 votos. •**  
544 **Comissão de acompanhamento aos CMAS Relatora – Secretaria**  
545 **Executiva Juliana Müller - 5.1 – Discussão para sugestão de pauta,**  
546 **para a Reunião Ampliada e Descentralizada/ CEAS- PR. TEMA:**  
547 FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS. \*Panorama da situação dos  
548 Conselhos Municipais do Estado do Paraná por Regional/ Censo 2015;  
549 \*Adequação da Lei de Criação dos Conselhos Municipais (minuta de Projeto de  
550 Lei Municipal do SUAS- 2014/ Orientação aos municípios sobre regulamentação  
551 do SUAS);\* Considerações finais sobre o fortalecimento dos conselhos  
552 municipais; \* Orientação quanto a regulamentação dos benefícios eventuais  
553 ( quem?). Destaque: A Comissão sugere, a apresentação do CEAS/PR, quanto  
554 a estruturação e atribuição das comissões no início do evento. **Parecer do**  
555 **CEAS: Ciente. • Reunião ampliada descentralizada- Maringá** foram lidas  
556 as sugestões de cada Comissão, apresentadas para esse evento. • **Temas**  
557 **Centrais-** Plano Decenal- Atualização da Lei (fundamentais para os CMAS. -  
558 **Relatório do CEAS 2014/2016-** Número de Conferências realizadas.  
559 Comentou-se que a natureza desse encontro é formativa: os convidados serão  
560 os CMAS. Foi sugerido pela **Conselheira Alzenir (SEDS)** que tais reuniões  
561 visam transferir informações- seria positivo constituir um grupo de trabalho  
562 mais restrito, visando definir a metodologia, não fugindo dos temas centrais já  
563 apontados aqui. • **Pontos abordados: 1º)** Diretrizes financeiras a cargo da  
564 Conselheira Marcela, **2º)** Dinamização: - SEDS com o Escritório Regional, **3º)**  
565 2 pessoas por município, **4º)** Essa é a 4º Reunião Ampliada- nas anteriores  
566 houve a explanação e mesas redondas, **5º)** Oficinas propiciam maior  
567 proximidade. A **Superintendente Maria de Lourdes (SEDS)** apontou que o

568 SUAS está acontecendo e quem irá aprovar tudo serão os Conselhos. O  
569 Governo Federal fará enormes cortes nos serviços de ação continuada e muitos  
570 Estados estão com graves problemas financeiros. Considerou que os indicativos  
571 das Conferências Estaduais são positivos. Na sequência, o **Conselheiro Paulo**  
572 **Silvério (APAE de Ibiporã)** apresentou ao plenário, uma sugestão para a  
573 programação do dia - Abertura: 8:30horas - 9 horas: Relatório do Biênio  
574 10:h30m. - Fortalecimento dos Conselhos 12h00 - Almoço - 13h30m - Pacto  
575 de Aprimoramento- 15h00 - Plano Decenal - 15:30 às 17h00 -  
576 Cofinanciamento. - Cada Mesa Temática será composta por 3 pessoas (1  
577 técnico e 2 Conselheiros sendo da Sociedade Civil e Governamental) que  
578 atuarão como mediadores. • **Expedição de convites ao CNAS - Em**  
579 **votação: 2 convites - 4 votos, 3 convites - 13 votos.** • Reunião ordinária  
580 agendada para 5 e 6/05. • Aprovada a remessa de ofício para o CNAS. Os  
581 conselheiros consideraram que os primeiros passos foram delineados, no que  
582 se refere ao planejamento da Reunião Descentralizada, em Maringá. Na  
583 Assembleia de maio, as definições acontecerão. A superintendente de  
584 Assistência Social, **Maria de Lourdes San Roman** e o Presidente **Rubens**  
585 **Marcon** agradeceram a paciência e a produtividade demonstradas pelos  
586 Conselheiros, no decorrer dessa reunião, dando o evento como encerrado. A  
587 presente ata foi gravada e redigida pela servidora Regina Amasiles Rodrigues  
588 Costa (Secretaria Executiva/ SEDS), digitada por Stefani Heichuk de Oliveira,  
589 Secretária Executiva do CEAS/PR Juliana Muller. Após a devida aprovação da  
590 Plenária, o presente documento estará disponível no site do CEAS/PR.